



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

MEMÓRIA DA XI REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL - CTN

Data: 16 de março de 2006.

Local: Salão Dourado do Hotel Afâmia – Curitiba/PR

Horário: 19 às 21:30 horas

Participantes:

Pela ABEMA: Maurício Lobo (ABEMA/RJ) e Romeu A. de Arruda Coelho (ABEMA/CE)

Pela ANAMMA: Clarismino Luiz Pereira Jr (ANAMMA/Centro Oeste)

Pelo IBAMA: Hélio dos Santos Pereira (CCA), Valmir Gabriel Ortega (Diretor de Ecossistema),

Pelo MMA: Secretário Cláudio Langone, Secretário Victor Zveibil, Consultor Jurídico Gustavo Trindade, Eugênio Spengler, Silvio Botelho, Maurício Mercadante, Iara Vasco Ferreira, Fabrício Barreto e Lucia Regina M. Oliveira,

Abertura

A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do MMA, Dr. Cláudio Langone, que iniciou apresentando e submetendo a pauta de trabalho à apreciação dos presentes. Esclareceu que a pauta foi construída em conjunto com a ABEMA. O Dr. Romeu solicitou a inclusão na pauta do tema “Balanço das Comissões Tripartites Estaduais”.

Foi entregue cópia da Memória da X Reunião da Comissão Tripartite Nacional, aos presentes, que foi considerada aprovada.

1. Avaliação dos encaminhamentos da Proposta de Projeto de Lei Complementar - PL, que regulamenta o Art. 23 da Constituição Federal.

O Secretário Cláudio Langone fez uma explanação sobre o encaminhamento dado ao assunto após a aprovação do texto elaborado pelo GT Tripartite, ocorrido na X reunião da Comissão Tripartite Nacional, em julho de 2005. Ressaltou a orientação da Ministra Marina Silva no sentido de respeitar os projetos de lei que tratam da matéria.

Relatou que durante esse período foram realizadas reuniões e contatos telefônico com os Deputados Sarney Filho e Moacir Micheletto, e também com representantes do Ministério da Agricultura. O Deputado Micheletto entendeu por bem ouvir outros ministérios e entidades a respeito do PL, tendo havido alguns entendimentos contrários ao proposto no PL.

Após o relato da situação, o Secretário Langone fez as seguintes propostas:

- ✓ Agendar reunião da Comissão Tripartite Nacional com os Deputados Sarney Filho e Moacir Micheletto;
- ✓ Encaminhamento de ofício, pela Comissão Tripartite Nacional, às entidades e ministérios que analisaram o PL ressaltando a importância da regulamentação do Artigo 23 da CF no que diz respeito à gestão ambiental;
- ✓ Estabelecer prazo para enfrentamento do tema;
- ✓ Em última instância, entrar com o Projeto de Lei no Congresso Nacional em regime de urgência.

Dr. Clarismino manifestou sua concordância com as propostas.

Dr. Romeu sugeriu que a carta a ser encaminhada às entidades e ministérios que analisaram o PL seja redigida e assinada no dia seguinte, aproveitando a presença dos representantes da CTN na reunião do CONAMA que está ocorrendo em Curitiba.

Encaminhamentos:

- ✓ Encaminhamento da carta;
- ✓ Agendamento de reunião da CTN com os Deputados Sarney Filho e Moacir Micheletto após o término da COP8.

2. .Unidades de Conservação Federal e Balanço da Aplicação dos Recursos de Compensação Federal

O Dr. Romeu informou que a ABEMA sugeriu a inclusão desse tema na pauta da presente reunião, por entender ser de extrema importância um diálogo mais efetivo sobre a aplicação dos recursos da compensação ambiental. Registrou a importância dos avanços anunciados pela manhã, na reunião do CONAMA - Fundo de Compensação Ambiental, parceria entre o IBAMA e a Caixa Econômica Federal para o gerenciamento da execução dos recursos da Compensação. Esclareceu que a ABEMA quer estreitar a relação IBAMA e OEMAs no que diz respeito à implementação das Unidades de Conservação. Sugeriu que o IBAMA faça um planejamento de UCs por biomas, considerando os recursos da compensação de licenças concedidas e em processo de análise.

O Secretário-Executivo da Câmara de Compensação Ambiental do IBAMA, Hélio Pereira, fez uma explanação sobre o histórico (dificuldades) da aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental, e destacou:

- ✓ A nova estrutura do IBAMA para gerenciar as Unidades de Conservação;
- ✓ A tramitação dos acordos com empreendedores;
- ✓ Critérios para definição da compensação ambiental;
- ✓ Execução dos projetos de compensação ambiental; e

- ✓ Expectativa na criação do mecanismo - Fundo de Compensação Ambiental. Informou que a Caixa Econômica Federal vai disponibilizar um número significativo de profissionais para tratar das questões relativas à regularização fundiária.

Dr. Romeu manifestou seu entendimento de que a DIREC tem condições de fazer um planejamento por Biomas e sugeriu a realização de um seminário sobre compensação ambiental.

Dr. Langone lembrou que o IBAMA realizará no dia seguinte, na reunião do CONAMA, uma apresentação sobre a aplicação da compensação ambiental, em atendimento a solicitação da ABEMA. Propôs que o seminário sugerido pelo Dr. Romeu contemple uma discussão sobre a resolução CONAMA referente ao tema e o Fundo de Compensação Ambiental, e que seja uma organização conjunta IBAMA e ABEMA.

Dr. Silvio Botelho definiu como “Seminário de Governo” para discutir a implementação da resolução e que o resultado seja encaminhado ao CONAMA como proposta da Comissão Tripartite Nacional.

Encaminhamentos:

- ✓ Realizar o Seminário sobre Compensação Ambiental.

3. Balanço das Comissões Tripartites Estaduais

O Dr. Langone fez referência à necessidade de revisão do Termo de Referência para as Comissões Tripartites Estaduais estabelecido pela Comissão Tripartite Nacional.

O Dr. Eugênio Spengler fez uma explanação sobre a criação das Comissões Tripartites Estaduais, destacando o desenvolvimento da cultura do diálogo dos três entes e o grande avanço em alguns estados. Ressaltou o excelente funcionamento da tripartite do Estado de São Paulo, creditando o fechamento do Programa Nacional de Capacitação àquela comissão.

Informou que a articulação com as CTEs ficou prejudicada (Dificultada), em 2005, por dois motivos: (1) mudança dos representantes dos órgãos municipais em função das eleições para prefeitos; e (2) realização da II Conferência Nacional do Meio Ambiente. Ressaltou que a situação está se repetindo: alguns representantes das CTEs - secretários de meio ambiente estão deixando o cargo para concorrer às eleições desse ano, e conseqüentemente haverá substituições nas comissões.

A pauta central das comissões tem sido o Programa Nacional de Capacitação, tema importante para o fortalecimento do SISNAMA.

Como desafios para o ano de 2006, além da conclusão da discussão e elaboração das propostas de capacitação, há a necessidade de estabelecer as diretrizes de acompanhamento da execução da Capacitação, pois a coordenação dessa ação é da CTTE.

Outro tema destacado e já pactuado pela Comissão Tripartite Nacional é a discussão sobre “Tipologia de atividades consideradas de impacto local”. Para esse tema o MMA está preparando um termo de referência que será elaborado a partir de experiências desenvolvidas em estados da Federação. Esse texto

será disponibilizado para auxiliar as Comissões Técnicas Tripartites Estaduais a encaminharem suas propostas.

Dr. Langone ressaltou a importância de incluir na pauta das CTEs a Lei de Florestas Públicas - discussão sobre a transição em todos os estados.

Dr. Romeu ressaltou a importância das Comissões Tripartites e de estabelecer regras claras mínimas para consolidá-las. Sugeriu que a Comissão Tripartite Nacional faça a proposta de uma portaria com regulamentação de funcionamento das CTEs. Com relação à Gestão Florestal, sugeriu que a CTN crie regras claras para a fase de transição.

O Dr. Romeu aproveitou a oportunidade para registrar situações recorrentes no Estado do Ceará: divergência e ingerência do IBAMA no que diz respeito à competência da SEMACE em licenciar empreendimentos hoteleiros e em área de mangue, apicum e salgado. Fez referência ao seminário que estava programado para ser realizado no ano passado. Sugeriu que o assunto fosse pauta de reunião entre IBAMA, Estado e MMA para dirimir passivo e estabelecer regras claras sobre o tema.

Dr. Langone propôs o seguinte **encaminhamento**:

- ✓ Agendar reunião, em Brasília, com todos os órgãos envolvidos (IBAMA sede e Gerex/CE, SEMACE e MMA) nas questões conflitantes e recorrentes no Estado do Ceará;
- ✓ Realizar a próxima reunião da Comissão Tripartite Nacional no mês de abril, na época da 81ª Reunião Ordinária do CONAMA, e que a pauta contemple:

1. Proposta de normatização das Comissões Tripartites Estaduais;
2. Descentralização da Gestão Florestal;
3. Realização de Seminário Nacional das Comissões Tripartites, visando o compartilhamento de experiências.

Tendo acordo com os encaminhamentos e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ÓRGÃO/ UNIDADE	FONE/FAX	E-MAIL
Clarismino Luiz Pereira Jr.	ANAMMA Centro Oeste	(62) 3524-1413	semma@goiania.go.gov.br
Claudio Langone	MMA/SECEX	(61) 4009-1227	
Gustavo Trindade	MMA/CONJUR	(61) 4009-1179	gustavo.trindade@mma.org.br
Lucia Regina M. Oliveira	MMA/SECEX/DAI	(61) 4009-1391	lucia.oliveira@mma.gov.br
Maurício Lobo	IEF/RJ - ABEMA	(21) 2253-2516	mloborio@ief.rj.gov.br
Romeu A de Arruda Coelho	ABEMA/SEMACE/CE	(85) 3101-5521	romeuarruda@semace.ce.gov.br
Victor Zveibil	MMA/SQA	(61) 4009-1204	victor.zveibil@mma.gov.br
Eugênio Espengler	MMA/SECEX/DAI	(61) 4009-1391	eugenio.spengler@mma.gov.br
Silvio Botelho	MMA/SECEX	(61) 4009-1205	silvio.botelho@mma.gov.br
Helio dos Santos Pereira	IBAMA/CCA	(61) 3316-1406	helio-santos.pereira@ibama.gov.br
Iara Vasco Ferreira	MMA/SBF/DAP	(61) 4009-1771	iara.vasco@mma.gov.br
Maurício Mercadante	MMA/SBF/DAP	(61) 4009-1042	mauricio.mercadante@mma.gov.br
Fabrcio Barreto	MMA/SECEX	(61) 4009-1205	
Valmir Gabriel Ortega	DIREC/IBAMA	(61) 9696-7300	valmir.ortega@ibama.gov.br